

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

**ALFREDO WAGNER  
ROSA ACEVEDO  
ERIKI ALEIXO**



## PANDEMIA E TERRITÓRIO

|                                   |                                     |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Rosa Elizabeth Acevedo Marin      | Jordeanes do N. Araújo              |
| Roque de Barros Laraia            | Eliana Teles                        |
| Otávio Velho                      | Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira |
| João Pacheco de Oliveira          | Maria Alice da Silva Paulino        |
| Henri Acselrad                    | Karapãna                            |
| Ilka Boaventura leite             | Jardeline dos Santos Costa, Kokama  |
| Claudia Puerta Silva              | Alicia Dorado Rosales               |
| Jesús Alfonso Flórez López        | Álvaro Ipuana Guariyü               |
| Aurélio Vianna Jr                 | Ana Isabel Márquez Pérez            |
| John Comerford                    | Isabela do Amaral Sales             |
| José Sergio Leite Lopes           | Rita Neves                          |
| Marcia Anita Sprandel             | Silvia Zaccaria                     |
| Patrícia Maria Portela Nunes      | Bruna Cigaran da Rocha              |
| Cynthia Carvalho Martins          | Selma Solange Monteiro Santos       |
| Emmanuel de Almeida Farias Júnior | Edielso Barbosa dos Santos          |
| Ana Pizarro                       | Edvando Jesus Vieira                |
| Ana Carla dos Santos Bruno        | Elaíze Farias                       |
| Altaci Corrêa Rubim               | Elionice Conceição Sacramento       |
| Maria Fernanda Salcedo Repolês    | Esteban Torres Muriel               |
| Oswaldo Martins de Oliveira       | Estefanía Frías Epinayú             |
| Ricardo Verdum                    | Fatima Epieyú                       |
| Vânia Fialho                      | Suellen Andrade Barroso             |
| Raphaelle Servius-Harmois         | Sandro José da Silva                |
| Glademir Sales dos Santos         | Esmael Siqueira Rodrigues           |
| Raquel Mombelli                   | Gardenia Ayres                      |
| Jurandir Santos de Novaes         | Gean de Almeida                     |
| Txai Terri Vale de Aquino         | Hosana Santos                       |
| Luiz Antonio de Castro Santos     | Ilana Magalhães                     |
| André Luiz Freitas Dias           | Roberto Carlos Amaya Epiayú         |
| Claudina Azevedo Maximiano        | Uta Grunert                         |
| Franklin Plessmann de Carvalho    | Davi Pereira Junior                 |

Clayton de Souza Rodrigues  
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno  
Vinícius Cosmos Benvegnú  
Eriki Aleixo de Melo  
Reginaldo Conceição da Silva  
Marcos Alan Costa Farias  
Murana de Oliveira Arenillas  
Nicolas A. Victorino R.  
Elielson Pereira da Silva  
Riccardo Rella  
Whodson Silva  
Aline Radaelli  
Danilo da Conceição Serejo Lopes  
Gilberta Acselrad  
Felipe Pereira Jucá  
Ernandes Herculano Saraiva  
Guilherme José Sette Junior  
Angelisson Tenharin  
José Roberto Jesus da Silva Cravo  
Poliana Nascimento  
Ariene dos Santos Lima  
Geoclebson Pereira  
Jeane Sacramento  
José Luís Souza de Souza  
José Omir Siqueira  
Juliane Gomes de Souza  
Luan Arruda  
Bruno Lopes do Nascimento  
Cândido Firmiano  
Lucas Antônio Macedo  
Luiza dos Santos Reis  
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito  
Maria Jaidene Pires  
Max José Costa e Costa  
Ana Moura  
Maxwell Marques Mesquita  
Anthony Lisboa  
Miguel Ramírez Boscán  
Sandro Henrique Lôbo  
Nelson Ramos Bastos  
Maria da Penha Silva  
Quênia Barreto da Silva  
Jakeline Romero Epiayú Manuel  
Moura  
Rafael Matos  
Francisca Gárdina dos Santos Lima  
Roberto Mendonça  
Rosamaria Santana Paes Loures  
Rosângela Brito  
Flávia Vieira  
Glebson Vieira  
Taisa Lewitzki  
Thiago Alan Guedes Sabino  
Tiane Souza  
Uine Lopes de Andrade  
Peppe Assurini  
Vânia Conceição Sacramento  
Walter Calado  
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN  
ERIKI ALEIXO DE MELO

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Otávio Velho** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Dina Picotti** – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

**Henri Acserald** – IPPUR –UFRJ, Brasil

**Charles Hale** – University of Texas at Austin, Estados Unidos

**João Pacheco de Oliveira** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – NAEA/UFPA, Brasil

**José Sérgio Leite Lopes** – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

**Aurélio Vianna** – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

**Sérgio Costa** – LAI FU, Berlim, Alemanha

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – UEMA/UEA, Brasil

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Pizarro** – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de  
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

**Claudia Patricia Puerta Silva** – Professora Associada – Departamento de  
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de  
Antioquia

**Zulay Poggi** – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–  
Universidad Central de Venezuela

**Maria Backhouse** – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –  
FriedrichSchiller-Universitätjena

**Jesús Alfonso Flórez López** – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -  
Colombia

**Roberto Malighetti** – Professor de Antropologia Cultural – Departamento  
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de  
Milano-  
Bicocca



Copyright© Autores

**Equipe de organização e edição:**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

**Capa:** Phillippe Teixeira

**Diagramação:** Phillippe Teixeira

**ISBN Impresso:** 978-65-00-05792-8

**ISBN E-book:** 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.  
1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –  
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)  
3245-5461 Fax (98) 3245-5882



# NA “PRIMEIRA ONDA” DA PANDEMIA DE COVID 19 - EXPROPRIADOS E MORADORES DO LAGO DA UHE TUCURUÍ

Jurandir dos Santos Novaes<sup>515</sup>  
Rosa Elizabeth Acevedo Marin<sup>516</sup>  
Esmael Siqueira Rodrigues<sup>517</sup>  
Thiago Alan Guedes Sabino<sup>518</sup>  
Lucas Antônio Macedo<sup>519</sup>

## Introdução

Nada fácil desencadear reflexões sobre a Pandemia do “novo Coronavirus”. O filósofo Alain Badiou (2020), em março deste ano, apresentou brevemente reflexões sobre as noções de “situação pandêmica atual” e “determinação local” a partir de observações do evento na França. Na ideia de adoção dessas noções busca-se realizar um exercício de aproximação com a “situação pandêmica atual” em Tucuruí (abril e maio 2020) e a discorrer sobre a “vida nua” (AGAMBEN, 2002) de expropriados pela obra Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí e os moradores do Lago. Justamente, são as categorias sociais que se encontram e vivem experiências de desproteção, excluídos de proteção de vida, submetidas à ordem da empresa Centrais Elétricas do Norte S.A (ELETRONORTE). Essa estrutura de poder os coloca a margem de proteção jurídica na linha das

515. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Ciências Econômicas - FACECON e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão-(UEMA); Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

516. Professora Titular da UFPA/PPGDSTU/NAEA/PPGA e colaboradora no PPGCSPA/UEMA. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no IHEAL, França.

Presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo das Comunidades de Calados e Caranãnzal. Baião – PA.

517. Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR

518. Geógrafo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, na Faculdade de Geografia.  
Graduando do Curso de Direito da Faculdade Ideal - FACI

519. Projeto de Pesquisa: Estratégias de Desenvolvimento Mineração e Desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que Atingem Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia e no Cerrado, apoiado pela CLUA no âmbito do PNCSA.

relações sociais que o Estado brasileiro legitima em diversas ações e sentenças da normatividade dessa obra e da política energética. A luta dos expropriados foi e continua sendo pelo reconhecimento de direitos, por sair do limbo no qual foram jogados há quatro décadas.

Badiou interpreta que o Estado não impediu a situação atual da pandemia na França, que: “*enfraqueceu, décadas após décadas o sistema nacional de saúde, junto com todos os setores do Estado que atendem ao interesse geral, agiu como se nada parecido com uma pandemia devastadora pudesse afetar nosso país*” Badiou (2020, p. 75). Como conectar essa observação com a realidade brasileira, com a situação dos municípios da Região de Tucuruí, suas cidades, povoados, ilhas do lago e o que foi “enfraquecido” ao longo de quarenta anos de funcionamento desse empreendimento?

No Brasil, o Estado atribui à empresa estatal o benefício de planejar a produção de energia elétrica para ser ofertada aos grandes empreendimentos minero-metalúrgicos; disponibilizou os instrumentos legais e financeiros para essa finalidade, a mais recente, a aprovação da construção das eclusas. Esse Estado estabeleceu a medida compensatória pela utilização dos recursos hídricos quando instituiu a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH<sup>520</sup>. O valor pago a cada município afetado é proporcional à área alagada e reflete também a quantidade de energia gerada pelas usinas. De acordo com *Canal Energia.com.br*.

Os 14 municípios localizados na região das hidrelétricas de Tucuruí (PA), Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO) e Curuá-Una (PA) receberam da ELETRONORTE um total de R\$167,4 milhões, no ano passado, em compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

---

520. A Compensação Financeira é paga pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e corresponde a 6,75% do valor da energia gerada. Esse valor é pago pelos concessionários de geração de energia, sendo 6% destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal que são atingidos pelas águas represadas ou que abrigam as instalações de usinas hidrelétricas com potência superior a 30MW e, também, a órgãos da administração pública da União. O percentual restante (0,75%) é destinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e constitui pagamento pelo uso da água. A Compensação Financeira é, portanto, um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. (ANEEL, 2005, p. 9).

Os recursos da CFURH são repassados à Agência Nacional de Energia Elétrica e repassados à União, estados, municípios e órgãos de governo. Nessa divisão, os municípios ficam com 65%, os estados com 25% e 10% vão para órgãos federais. A maior fonte pagadora foi a UHE Tucuruí (PA, 8.340 MW), responsável por mais de 29 milhões de MWh de um total de 31 milhões de MWh gerados em 2019 pelas quatro usinas da estatal. Isso representou R\$ 158 milhões do total destinado aos municípios.

A movimentação da CFURH parece corresponder a um elemento da “determinação local” da pandemia, na suposição que recursos financeiros distribuídos pelos municípios permitem ações de saúde pública, infraestrutura de saneamento. A tabela abaixo registra a redução absoluta e percentual desses valores em alguns municípios. A explicação para essa alteração é marcada pela decisão do Executivo e Legislativo no ano 2016.

Quadro: 01:VALORES PROVENIENTES DOS ROYALTIES REPASSADOS PARA MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O MOSAICO LAGO DE TUCURUÍ – PA (2016 a 2020)

| Município         | Ano          |               |               |               |               | Total       |
|-------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
|                   | 2020         | 2019          | 2018          | 2017          | 2016          |             |
| Tucuruí           | 6,596,098.24 | 15,591,077.69 | 12,009,573.96 | 9,966,740.49  | 13,728,379.01 | 57,891,867  |
| Novo Repartimento | 5,293,839.31 | 36,149,770.39 | 27,845,627.46 | 23,148,053.47 | 23,109,074.78 | 115,554,363 |
| Nova Ipixuna      | 1,325,437.78 | 3,132,913.22  | 2,413,236.19  | 2,006,121.81  | 2,002,743.72  | 10,880,452  |
| Goianésia do Pará | 5,795,593.67 | 13,698,939.56 | 10,552,088.26 | 8,771,944.67  | 8,757,173.71  | 47,575,737  |
| Breu Branco       | 2,528,953.53 | 5,977,641.56  | 4,604,487.89  | 3,827,708.03  | 3,821,262.60  | 20,760,052  |
| Jacundá           | 3,634,103.99 | 8,589,865.65  | 6,616,645.04  | 5,500,413.07  | 5,491,151.00  | 29,832,178  |
| Itupiranga        | 1,643,665.93 | 3,885,103.33  | 2,992,636.99  | 2,487,777.34  | 2,483,588.21  | 13,492,771  |

Fonte: ANEEL, 2020. Como base em dados de “Valores Provenientes dos “Royalties de Itaipu” + Outras Usinas”. Foram extraídos os municípios que compõem o Mosaico Lago de Tucuruí (junho de 2020).

Nesse intervalo é preciso atentar para a mudança na CFURH advinda de nova legislação:

Em 08 de maio foi sancionada a lei 13.661/18 que altera as parcelas do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) distribuídas a estados e municípios com áreas alagadas pela construção de usinas hidrelétricas. O Projeto de Lei 315, que resultou na nova Lei, teve origem na Câmara dos Deputados e tramitava no Congresso Nacional desde 2009, propondo na alteração na Lei 8.001 de 1990, que define os percentuais da distribuição da CFURH. O PL foi aprovado pelo Senado em abril deste ano, quando foi enviado para sanção presidencial. A nova lei reduz de 45% para 25% o percentual da arrecadação da CFURH a ser destinado a estados que possuem municípios com áreas alagadas e aumenta de 25% para 65% a parcela destinada diretamente a municípios com áreas alagadas. Em 2017, 22 estados e 727 municípios se enquadravam nas condições para receber esses recursos. Não houve alteração nos 10% que são destinados à União.

De acordo com levantamento da ANA, a mudança significa uma redução de cerca de R\$ 450 milhões/ano de arrecadação para os estados, transferindo esses recursos para os municípios com áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas<sup>521</sup>.

Pulice e Moretto (2017) realizaram estudo<sup>522</sup> sobre a Compensação Financeira, em que identificam ênfase no caráter institucional da fiscalização quanto à sua aplicação, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, remetido tal função aos Tribunais de Conta ou Ministério Público. Acrescentam a isso, o fato de que a sua destinação não é claramente definida,

---

521. Consulta em <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 03/06/2020.

522. O estudo aborda minuciosamente diversos indicadores no intervalo de 2000 a 2010 em 600 municípios alagados por hidrelétricas no Brasil.

em termos de prioridades. O estudo aponta que as informações analisadas no Relatório do Tribunal de Contas da União de 2008, não traz elementos suficientemente claros e detalhados acerca dos procedimentos adotados para fiscalização e nem tão pouco das penalidades. O TCU estaria nestes termos, segundo os autores, se restringindo ao aspecto formal de cumprimento legal quanto às restrições de aplicação em despesas com pessoal, pagamento de dívidas e à probabilidade de capitalização em fundos previdenciários.

Os autores destacam e demonstram que no referente à saúde há uma relação negativa da aplicação da CF, relativa à possível sobrevivência (até 40 e 60 anos). Do mesmo modo, podem ser realçados que: O Índice de Desenvolvimento Municipal é inversamente proporcional à relevância registrada da CF na receita do município; relação positiva da taxa de cobertura de água e a CF, sendo este o único indicador positivo alusivo à saúde nos municípios inundados estudados no Brasil.

Isso, contudo, remete a questões que o trabalho de pesquisa na região apontam para a perspectiva de lugares constituídos a partir dos efeitos da implantação da hidrelétrica, o que se verifica de forma mais localizada quando se trata da “região das ilhas”, onde vivem cerca de 8 mil pessoas que não dispõem de água potável. O mesmo, em relação à água ocorre na Vila Capoteua, uma vila de pescadores, esta, exclusivamente, no município de Tucuruí. Nas ilhas e na Vila Capoteua não existem estruturas específicas de saúde. Esses fatos - a falta de água e a inexistência de infraestrutura de saúde - constituem agravantes nesse tempo de pandemia.

Assim, a CF no tocante aos valores repassados e o sentido de reparação de danos, se tornam prerrogativas das prefeituras, que por sua vez não colocam alternativas e decisões sobre sua aplicação aberta à discussão e deliberação pública dos moradores, em geral, e nem tão pouco dos expropriados desde a instalação dos projetos hidrelétricos. A ELETRONORTE faz uso dos recursos naturais, infraestrutura e subtrai parcelas do território e do recurso

hídrico de forma contínua. O que se observa e tem sido objeto de estudos é a inocuidade de Programas da ELETRONORTE (a exemplo do Programa de Limnologia e Qualidade da Água) e nessa “primeira onda” da pandemia atrasos e expectativas da empresa de energia<sup>523</sup> responsável pela UHE Tucuruí.

Nesse momento em que se instala uma pandemia no mundo já tem sido muito debatido o caráter desigual a que estão submetidos diferentes povos, diferentes lugares. Se o município de Tucuruí tem PIB per capita de R\$ 58.455,08 (IBGE, 2017<sup>524</sup>) as desigualdades econômicas e sociais são extremas.

Na região de Tucuruí é destacado no Lago da UHE Tucuruí e, especificamente, aqueles que se auto identificam como “morador (ores) das ilhas”<sup>525</sup>, embora o Estado e a ELETRONORTE não reconheçam essa situação específica. No interior do lago do reservatório<sup>526</sup> formaram-se aproximadamente

---

523. A ELETRONORTE possui várias possibilidades e processos em aberto e que terão implicações nos procedimentos judiciais que envolvem reclamações de atingidos pela obra e de pressão mínima para correção de sua atuação em nível local, inclusive no campo da saúde. Conforme menciona o Canal Energia.com, em setembro de 2019: 1. “A ELETRONORTE quer prorrogar a concessão da usina hidrelétrica de Tucuruí (PA – 8.370 MW). Esse objetivo e interesse foi manifestado pela estatal junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, que deverá encaminhar o pleito ao Ministério de Minas e Energia, de acordo com comunicado divulgado pela Eletrobrás – controladora da ELETRONORTE – na última terça-feira, 4 de setembro. Caberá à pasta divulgar as condições pertinentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004, que regula a exploração do potencial de energia hidráulica do empreendimento. O prazo de vigência desse atual contrato expira em 30 de agosto de 2024, nos termos da Lei 12.783/2013. <https://canalenergia.com.br/noticias/53110972/ELETRONORTE-tem-interesse-em-prorrogar-contrato-de-concessao-de-tucuruí>. Acesso em 02/06/2020. 2. Abertura de projeto de privatização da ELETRONORTE; 3. Operações para ampliação das linhas de transmissão. Algumas delas são observadas no prisma de efeitos da Covid 19 e avanço do trabalho. O que está em compasso de espera da autorização da FUNAI] para trabalhos em Terras Indígenas. 4. O licenciamento ambiental que deverá ser renovado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS. Esses quatro pontos são comentados na parte III deste texto.

524. IBGE, 2017. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tucuruí.html>. Acesso em 03/06/2020.

525. As situações das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça e Pucuruí-Ararão, localizadas ao noroeste da barragem e de outras Unidades de Conservação que compõem o denominado Mosaico Ambiental de Tucuruí mostram uma série de problemas ambientais e sociais que não tem sido objeto de intervenção pela ELETRONORTE que se exonera de responsabilidades sociais por conta dos repasses que dita a CFURH.

526. “O Lago-Reservatório da UHE Tucuruí em sua cota máxima normal apresenta uma extensão de 2.875,13 Km<sup>2</sup>”. Quando o nível é mínimo (62 m), a área alagada diminui em cerca de 560 km<sup>2</sup>. Essa massa de água ocupou e cobre terras pertencentes aos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Itupiranga. (FERREIRA, 2010, p. 30).

1600 ilhas<sup>527</sup>, dezenas delas ocupadas por pescadores e agricultores provenientes dos municípios de Mocajuba, Cametá, Baião, Igarapé Mirim e Limoeiro de Ajuru que reproduziram modos de vida baseado na pesca, cultivo de pequenas roças, criação em pequena escala. As condições de ocupação são diferenciadas, com moradores que tem residência em terra firme dos municípios respectivos e aqueles que possuem residência permanente na ilha. Esse grande lago é dividido em 11 regiões<sup>528</sup>. Outras ilhas foram ocupadas para lazer e pequenas “fazendas”, sem serem seus donos hostilizados pela empresa. Em 1989, foi fundada uma Delegacia Sindical das Ilhas vinculada ao STR de Tucuruí, o que ocorre em meio aos antagonismos e pressões de instituições federais (IBAMA, ANEEL, ELETRONORTE, SECTAM) e governos locais contra os ocupantes das “novas” ilhas (NOVAES e ACEVEDO MARIN, 2015, p. 184).

Ainda, as formas de vida nessas formações físicas socialmente constituídas na esteira dos efeitos de implantação da hidrelétrica foram dificultadas pelos processos de elevação da cota do Lago, no início de funcionamento estabelecida em 72 metros e, em 2005, com a conclusão da II etapa, a ELETRONORTE obteve autorização da SECTAM para elevação do nível de água do reservatório para a cota 74m. Decorreu disso a erosão das margens de terras das ilhas e as perdas dos moradores de plantações diversas. Entretanto, muitos atingidos pela elevação da cota não receberam indenizações. Na narrativa realizada pelo senhor Antônio Marinho da Costa, em oficina de Cartografia Social realizada no “Auditório do Mesquita”, em 21.06.2019, lê-se:

Eu tenho uma morada no meio do lago numa ilha. Então, o impacto foi muito grande depois da cota 74 e agora está desmoronando tudo a perca está muito grande, está indo as castanheiras, as mangueiras, as jaqueiras, as laranjas, cocos, tudo está

---

527. Idem.

528. Ferreira (2010) elenca com base em dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, que a Região das Ilhas de Tucuruí, nos limites desse município, está dividida em 11 sub-regiões distintas e suas denominações atribuídas pelos próprios moradores, a saber: Panorama, São Benedito, Mocaba, Vida Nova, Lago Azul, Cajazeirinha, Pequiá, Água Fria, Cajazeira, Bom Jesus e Guaripé.

desabando. Em torno da ilha está desmoronando tudo, está acabando com tudo mesmo, está derrubando as bacabeiras, castanheiras, tudo. O pasto está abarrancando tudo está destruindo tudo a erosão da água e agora tem outro problema, esse quebramento do canal aí, a água não vai prestar nem pra gente banhar. Como os animal vai beber e nós que mora num lugar isolado? Eu queria saber como vai ficar essa situação? Porque o gado não vai poder beber essa água, o carneiro não vai poder beber, o porco, o bode, tudo. Então, nós estamos numa situação triste com essa água que vai vir daqui uns meses. Aí, eu queria saber que situação vai ficar. O que que vai ser feito desse pessoal, como eu que estou dentro do lago? Eu moro na beira do canal. Onde tem mais erosão é na beira do canal, onde eu tô. Está destruindo a minha ilha toda. As árvores estão indo embora. O sítio está acabando tudo. A erosão está muito grande. Então, meu muito obrigado. (ACEVEDO MARIN E NOVAES, 2020.p. 64,65)

A existência cotidiana das famílias que residem nas ilhas é marcada pela precariedade. Várias pesquisas têm descrito a péssima qualidade da água; a falta de atendimento em saúde, as dificuldades de transporte e ausência de energia elétrica. Ferreira (2010) lista os Programas divulgados pela ELETRONORTE e cita entre eles o Programa de Limnologia e Qualidade da Água<sup>529</sup>, cujos resultados não são comentados.

O serviço de saúde pública prestado aos moradores pela SUCAM sofreu constantes interrupções, o que contribuiu para o aumento no número de casos de malária em sua área. A descontinuidade na assistência aos moradores das ilhas quanto ao controle de mosquitos transmissores de doenças, favoreceu a ocorrência de

---

529. O autor assinala a questão da concentração de mercúrio no lago e conclui que: “A concessionária de energia, no âmbito do Programa de Limnologia e Qualidade da Água, poderia reportar periodicamente ao órgão estadual de meio ambiente, a comunidade científica e a população diretamente exposta, os resultados obtidos através de automonitoramento sobre a concentração de mercúrio em peixes e cabelos humanos para comprovações de que estaria havendo declínio e/ou que estas concentrações encontram-se dentro de limites de segurança”. (FERREIRA, 2010, p. 88).



surtos de casos de malária. (FERREIRA, 2010, p. 78).

Entre as doenças de veiculação hídrica cita hepatite, diarreias e afecções da pele, pois a “má qualidade da água que estaria ligada ao aparecimento de uma doença, ainda não suficientemente esclarecida pelos organismos de saúde pública e denominada pelos moradores de Roe-roe, que provoca lesões na pele dos pés e mãos, impossibilitando temporariamente o portador para o exercício de atividades produtivas”. (FERREIRA, 2010, p.80). A partir dos dados do DATASUS (2010) organiza uma tabela informando 1.147 casos de hanseníase entre 2001 e 2009. Mas adiante insere considerações relevantes sobre a água do lago:

Os moradores das ilhas sujeitam-se a incontáveis riscos ao abastecerem-se de água para suprir suas necessidades diárias de higiene e consumo. A maior fonte de abastecimento deriva inapelavelmente da captação direta do curso d'água existente no entorno da moradia. Com a elevação da Cota e em função dos ciclos (enchimento & vazante) temporais da bacia hidráulica, iniciou-se um novo processo de carregamento de matéria orgânica para o curso d'água, decomposição e sedimentação. Neste processo, a água adquiriu características físicas, tonalidades, sabores e odores, comprometendo sua utilização, em muitos casos, até para dessandatação de animais. Na versão dos moradores a água ficou mais quente, suja e lodacenta. A água para consumo humano é captada por moradores geralmente em locais onde o curso d'água tenha maior velocidade e profundidade, muitas vezes, bem distante das moradias, e então, antes do armazenamento final, é realizado um processo rudimentar de coagem ou filtração. É prática comum entre os moradores, em momentos de deslocamento entre as moradias e núcleos urbanos, transportarem recipientes com água da “rua” (Tucuruí) para o centro (moradia nas ilhas). (FERREIRA, 2010, p. 89).

O estudo realizado por Yoshino (2017) sobre a vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com base em 595 questionários aplicados nas unidades familiares, que moram tanto nas ilhas quanto em terra firme, abrangeu 47 localidades (ilhas e povoados) situadas nos municípios de Tucuruí, Goianésia, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá e Itupiranga. Neste trabalho de pesquisa exaustivo confirma que a construção da hidrelétrica de Tucuruí provocou vulnerabilidade hídrica para os moradores do lago<sup>530</sup>. O autor realiza observações sobre a necessidade de grandes projetos de garantir segurança hídrica para as pessoas e apresenta as respostas dos entrevistados:

os moradores relataram a dificuldade em conseguir água de boa qualidade, principalmente para os usos beber, tomar banho e lavar roupa, sendo agravado no período da seca.

Outro relato dos moradores é que durante o período da seca a água do lago fica longe de suas casas, o que dificulta a sua locomoção, uma vez que a canoa é o principal meio de locomoção. Além disso, em certas áreas do lago o acesso fica difícil devido à presença de lama quando o nível do lago diminui.

Durante o período da cheia foi relatado pelos moradores a dificuldade na atividade de pesca, pois o nível da água fica elevado e os peixes acabam se escondendo na vegetação que fica submersa. No estudo desenvolvido no PDRS com a população que vive no lago de Tucuruí, verificou-se que a saúde é o serviço público que gera mais expectativa nos moradores, seguido de água, estrada e educação.

(YOSHINO, 2017, p.131)

Yoshino frisa o descompasso entre a lucratividade do empreendimento da UHE Tucuruí e a falta de condições mínimas de para os moradores nas ilhas e do entorno do lago: saneamento, energia elétrica, educação e saúde<sup>531</sup>

---

530. O pesquisador confirma a hipóteses de que a hidrelétrica de Tucuruí: “deixou parcialmente vulnerável as populações que vivem na região do lago, em relação à questão hídrica e que as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, somente juntas, são consideradas necessárias e suficientes para explicar a vulnerabilidade hídrica. (YOSHINO, 2017, p. 24)

531. Observa-se que a maioria dos estabelecimentos de saúde são compostos por postos de saúde e Centro

estão ausentes. Afirma ter verificado que a construção da hidrelétrica não trouxe benefícios a estas populações, sendo muitas vezes excluídas dos projetos/programas do governo.

Além disso, são constantes as violações dos direitos dos atingidos pela construção da UHE de Tucuruí por parte da ELETRONORTE. As medidas estruturais e não estruturais adotadas pelo poder público para minimizar os efeitos sociais da construção da UHE de Tucuruí, em relação ao acesso e ao uso dos recursos hídricos, não trouxeram benefícios para a vida dos moradores do lago, pois essas medidas não possuem sinergia entre os atores envolvidos. Segundo a ELETRONORTE, ela gasta milhões com projetos/programas para reparar os efeitos sociais causados pela construção da UHE de Tucuruí, porém esses projetos/programas são pontuais, muitos não são executados, e os que são executados não são eficazes. (YOSHINO, 2017, p. 182).

A “determinação local” da pandemia está registrada em tempos e ações anteriores que “enfraquecem” a saúde das pessoas e indisponibilizam condições de preservação. De que água se serviram os moradores do lago da UHE Tucuruí para hidratar e higienizar os corpos arriscados de contaminação pelo COVID 19?

No dia 6 de abril de 2020, manchete do governo do Pará anunciava: Estado reforça a estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí. Nessa notícia indicava-se que entre as ações estavam as “obras para modernização e ampliação do atendimento

---

de Saúde/Unidade Básica de Saúde, os quais realizam os procedimentos básicos de saúde. Contudo, verifica-se que os municípios de Goianésia do Pará e Itupiranga não possuem Centro de Saúde e o município de Tucuruí não possui postos de saúde. Dentre esses municípios, Tucuruí se destaca pela maior quantidade e diversidade de estabelecimentos de saúde. O município de Tucuruí possui ainda o Hospital Regional de Alta Complexidade, com especialidades de traumatologia, cardiologia, neurologia, psiquiatria, pediatria, dentre outros. Além disso, recentemente o município implantou o serviço de saúde em barco-hospital para atender a população que vive no lago de Tucuruí (PARÁ, [2009?]). Porém, durante as visitas de campo não foi verificada a atuação do barco-hospital, pois em nenhum momento os moradores citaram sobre esse serviço de saúde. (YOSHINO, 29017, p. 129).

realizado pelo Hospital Regional de Tucuruí<sup>532</sup>. O governador acrescentou que “os recursos para modernização do Hospital Regional terão como origem a verba de compensação ambiental prevista no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) e afirma que: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”. A regra de troca e negociação entre o Governador, o COMPART e a empresa. Talvez essa negociação corresponda as estratégias da ELETRONORTE para dissuadir a então posição divergente do COMPART nas questões de renovação do licenciamento ambiental, permitindo que usem os recursos advindos da compensação para fins de “enfrentamento da pandemia”. A operação realizada a priori é a negociação Estado, COMPART e ELETRONORTE. A COMPART distensionaria o conflito e se posicionaria com a SEMAS E ELETRONORTE viabilizando totalmente o licenciamento. E não pode deixar de apontar que se tratando de um ano de eleições municipais a ELETRONORTE pode utilizar outras táticas de financiamentos das campanhas enquanto mecanismo de negociação.

O problemático acesso aos serviços de saúde dos moradores das ilhas é uma expressão dessa desigualdade que traz consequências na incidência da Covid 19. Não nos deteremos em dados detalhados em toda a região, contudo, nota-se no mapa a seguir que entre os municípios do entorno do lago, a maior concentração de prevalência da doença e de óbitos até 24 de maio ocorre em Tucuruí. Quanto à taxa de letalidade para a virose, que se comprova pela proporção do número de casos por óbitos, o percentual é de 11,51 sendo o segundo maior do Estado do Pará. Nesse instante, percebe-se um aumento da curva de prevalência para a doença, tanto no que diz respeito à confirmação de casos quanto de óbitos.

---

532. Governo do Pará. Secretaria de Saúde Pública. <http://www.saude.pa.gov.br/2020/04/06/estado-reforma-estrutura-de-saude-na-regiao-do-lago-do-tucuru/>

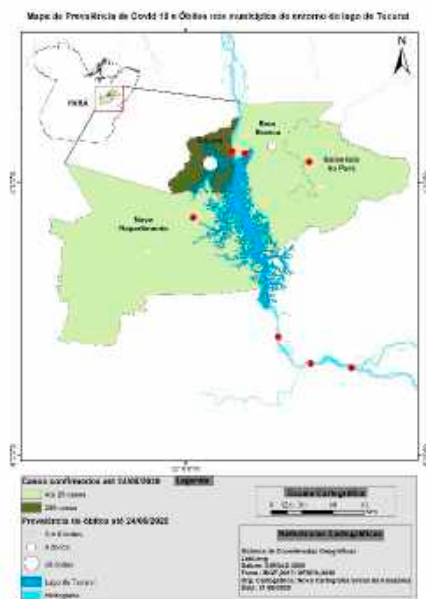


Figura 02: Mapa de Prevalência de Covid 19 e Óbitos nos municípios do entorno do lago de Tucuruí (até 24 de maio de 2020)

No dia 21 de março de 2020 divulgou-se o primeiro caso de paciente suspeito de COVID 19 que ingressou no Hospital Regional. Com essa notícia a prefeitura de Tucuruí reiterou as orientações do Decreto N° 012/2020, de 20 de março de 2020, assinado pelo prefeito Artur Brito, na última sexta-feira (20), em que delibera emergência pública no município, bem como medidas temporárias e emergenciais de enfrentamento e prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19). A revisão desse decreto e mais três<sup>533</sup> relativos à COVID 19 não abordam a região do Lago do reservatório da UHE Tucuruí, no é possível estimar moradores permanentes de cerca de 8 mil pessoas, e cerca de 3 mil apenas nas ilhas que se localizam no município de Tucuruí.

533. Foram consultados: Decreto N° 012/2020 de 20/03/2020; Decreto N° 033/2020 de 02/05/2020 (insere observação sobre fortes evidencias de subnotificação); Decreto N° 039/2020 de 24/05/2020 (medidas de flexibilização) e Decreto N° 041/2020 (que notifica que o município possui 16 leitos, totalizando hoje, a existência de 30 leitos, além de kits de medicamentos).

Também não há abordagem específica do transporte fluvial entre a cidade e o lago. No Comitê Gestor da Crise criado pelo Decreto N° 012/2020 não se registra representação do “povo das ilhas” expressão que utilizam para referir ao “coletivo”.

## **Corpos ameaçados, solidariedades amplas e alertas de prevenção**

De início, apreensões sobre a “situação pandêmica” em Tucuruí fluíram nas mensagens recebidas de uma liderança na região Esmael Rodrigues Siqueira, Presidente da Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região – APPATUR, que foram registradas em áudios, fotografias e documentos enviados pelo aplicativo *WhatsApp* e anotações da equipe em conversas telefônicas. O resultado, de forma mais específica está exposto no item 1.1 a seguir.

Nos textos de mensagens – muito breves - abordou Esmael Siqueira as situações observadas a partir de Tucuruí, recluso à cidade na sede da APPATUR, e que dizem respeito às condições específicas do seu próprio isolamento - como liderança e pescador; e dos expropriados que vivem na região, que no entanto, não se encontram residindo apenas em uma comunidade, uma ilha ou cidade. Estão totalmente espalhados nos bairros de Tucuruí e nos municípios próximos, em povoados, bairros e ilhas. Entretanto, confere sua própria dificuldade operacional de comunicação. Mas, parecem irrelevantes face aos obstáculos de uma maioria que vive fora da cidade.

Nesses lugares a forma virtual de se comunicar se torna praticamente impossível, a exemplo, com os moradores nas ilhas no interior do lago da hidrelétrica. Na quase totalidade (exceção para alguns que compraram uma ilha para lazer e contam com seus poços privados) das ilhas sabe-se da inexistência de água potável. Também não há energia elétrica. Como já dito, inexistente plano específico, proposições e previsões para esse grupo nas normas

elaboradas pela Prefeitura de Tucuruí nos decretos municipais; o mesmo ocorre com as áreas de assentamento. A menção se faz para população em geral, e sem atenção, conforme se lê, aos pescadores, aos extrativistas, aos agricultores e indígenas que vivem na região.

A atenção se volta nessas mensagens ainda, para fatos que têm tido lugar nesse período de pandemia, que são as queimadas na Amazônia. A concentração de queimadas em duas grandes regiões pode ser visualizada no mapa abaixo. É possível identificar duas grandes regiões de concentração de queimadas. A primeira região, nas proximidades das rodovias federais BR-010 e BR-222, correspondendo os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Rondon do Pará, área de maior produção da Soja no Estado do Pará. A segunda região com intenso foco de queimadas localiza-se no extremo sul, abrangendo os municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção, Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, outra área de expansão da soja no Pará.

Na região do Lago de Tucuruí, os municípios de Breu Branco e Goianésia do Pará se destacam dentre aqueles que mais registaram focos de queimadas nesses primeiros cinco meses de 2020. Percebe-se a predominância dos focos de queimadas nas proximidades das rodovias na região.

A atenção a categoria dos Expropriados e Expropriadas converge para diversos processos sociais daqueles que tiveram perdas com as obras da UHE Hidrelétrica em cada etapa. Entre os moradores das ilhas descritos com anterioridade, contam-se expropriados. Esse grupo que desenvolveu lutas sociais e jurídicas para ser reconhecido como “expropriado” pela ELETRONORTE e cujas trajetórias estão vinculadas à primeira, segunda etapa da hidrelétrica, à elevação da cota e, mais recente, a construção das eclusas, contam 5.700 expropriados que constam em Ação Civil Pública nº 123.001.000238/2010-55 – Ministério Público Federal – MPF em litígio com a ELETRONORTE. Desses, 2.343 famílias obtiveram

ganho na Ação e isso lhes legitima também do ponto de vista legal em um processo indenizatório que é incompleto e injusto. E onde estão os expropriados?

Os trabalhos de pesquisa que temos realizado na região, e também de outras equipes registram que já há uma segunda geração daqueles que já não vivem mais; os que ainda estão vivos e na luta se encontram espalhados, morando nas cidades criadas após a inundação das suas terras, de suas casas, de uma forma de viver, em assentamentos, em vilas, nas ilhas, e vários tiveram que se deslocar par outros estados. Portanto, como se reportar a estes neste momento de pandemia de forma particular? A dificuldade denota que não são reconhecidos como atingidos por toda a sua vida, que assume uma identidade, mas são invisibilizados diante das políticas estatais e da ELETRONORTE.

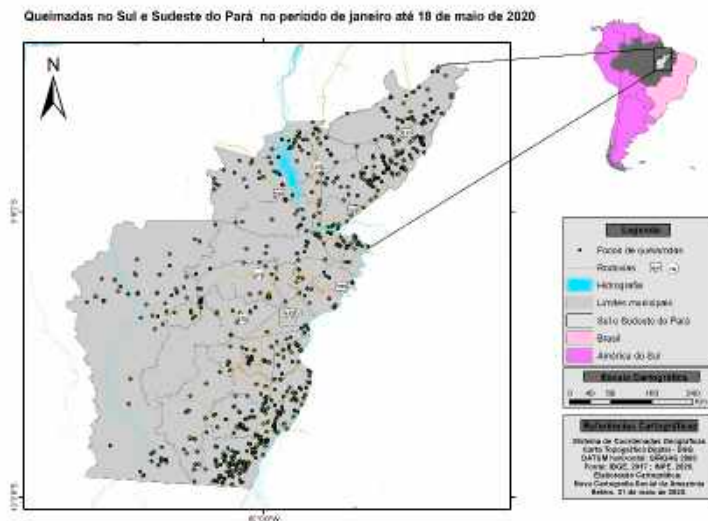


Figura 02: Queimadas no sul de sudeste do Pará (janeiro a 18 de maio de 2020)



É dito que Tucuruí progrediu muito em urbanização e infraestrutura. Todavia os efeitos sociais e ambientais provocados pela obra da UHE Tucuruí não foram aferidos (ACEVEDO MARIN e NOVAES, 2020) enquanto as mudanças econômicas, sociais e ecológicas tornam-se profundas e irreversíveis. Os problemas criados não se resolvem em uma fácil equação positiva que contabiliza o número de estradas, de assentamentos, de povoados.

Neste artigo são tecidas algumas ilações a partir do que se argumenta se constituem “determinações locais”<sup>534</sup>. A ELETRONORTE construiu mecanismos de poder na Região de Tucuruí e arrola decisões e projetos que contribuem para enfrentar a pandemia no lócus de atuação? O acesso a essas fontes – ELETRONORTE, Prefeitura Municipal de Belém, SESPA é feito por meio da consulta, não exaustiva, de jornais, entrevistas de autoridades da empresa e do governo do Pará, site e blogs é possível descrever alguns desses atos e relacionar conteúdos com categorias específicas.

Os moradores da região do Lago do Reservatório da UHE Tucuruí denunciam sua contaminação. Durante anos não foi disponibilizado o acesso a água potável. A necessidade do líquido para higiene é medida essencial de prevenção da pandemia. Quais as ações com os moradores das ilhas, muitos deles expropriados e expropriadas por obras das várias fases de instalação da obra?

Assim, o eixo empírico do texto consiste na leitura de sessões de entrevistas, mensagens trocadas, portanto, com vários retornos, que foi feita com uma liderança que acompanha de forma intensa as lutas dos expropriados. O noticiário é revisto no tópico 2, o último deste trabalho antes das considerações finais, sobre a pandemia nos meses de abril e maio, no sentido de estabelecer relação com o fato de que a pandemia não paralisa estratégias que distanciam cada vez mais a ELETRONORTE dos expropriados, como a privatização da Eletrobrás. Esse distanciamento se

---

534. Alain Badiou (2020, p. 72) abrevia o sentido, a “determinação permanece fundamentalmente local, enquanto a epidemia é antes transversal”.

expressa quando as medidas de proteção de forma direta contra a Covid 19 não nos parecem extrapolar a proteção dos seus empregados; a situação de estrutura e articulação de municípios pelos prefeitos; a estratégia de empresas de implantação de linhas de transmissão na região para adesão a indenizações consideradas injustas e unilateralmente definidas; queimadas, enfim, denota-se que, as empresas e o estado mantêm-se ativos em seus planos, a despeito da precária estrutura de saúde na região.

### **Alerta às situações à sua frente e à proteção de expropriados.**

Quando eles me ligam eu oriento: - não saiam de casa, evitem visitas, tomem muito cuidado, agora chegou o momento de vocês descansarem mais, ficar mais em casa, quem sabe depois que passar isso nós não vamos ter uma luta maior, estejamos mais fortes, vocês estejam mais tranquilos, então procurem desestressar um pouco para que isso não traga um outro problema para vocês. A minha preocupação é que são pessoas que estão acostumadas a estar sempre na casa de um ou de outro, visitando, conversando, batendo papo, e com essa situação, naquele horário de costume sempre eles querem buscar aquele passeio, mas não tem mais em função desse impedimento.

A única medida que a gente teve em relação ao Covid 19 enquanto entidade foi pedir na verdade que os desapropriados por serem já uma categoria de pessoas de idade, ou seja, até de terceira idade, ficassem em casa, não deixasse de acreditar no que a OMS dizia, porque a OMS foi pouco divulgada pra cá, era através de jornais, fizemos um trabalho de pedir com que as pessoas entendessem que era verdade e que tomassem muito cuidado, ficassem em casa e a gente ficou muitas das vezes sem ação porque nós esperávamos que fossemos convidados ou solicitados pra criar um comitê de decisões, porque isso não é uma questão política e sim de vida, então entendíamos que as autoridades iriam chamar as entidades.

***A organização que não se faz por lives: vamos preservar a saúde porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta***

Em relação a se organizar, eu acho que não é momento de pensar e levar essa situação pra eles e se organizar pra fazer algum movimento, até porque qualquer coisa que vier a acontecer com uma pessoa dessa a gente tá caindo na mesma mesmice desse louco (...) de incentivar as pessoas a irem pra rua, eu evitei o meio de comunicação, até porque agora tá meio difícil de pegarmos o espaço e uma vez que eu fui quando surgiu isso ai foi pra dizer pra eles “olha, gente, por favor, a gente trabalha com povo de terceira idade, por favor, evitem a vir, a pegar ônibus, a andar na rua, não se sintam obrigados a ir lá no escritório para fazer isso, fiquem mais em casa, vamos preservar a saúde, porque depois que passar isso tudo nós precisamos dar continuidade nessa luta, mas essa situação que tá acontecendo, eu vou conversando com o dono do prédio aqui, dizendo pra ele dar mais um tempo (...) talvez tenha até um pouco mais de visitas em função desse auxílio né, que assim as pessoas vão me procurar, eu estou aqui tentando, até queria que você me ajudasse se fosse possível, você me ver qual é o site que vai tá isso ai pra gente cadastrar essas pessoas pra que eles possam não ter muito problema, que são praticamente pescadores das ilhas, ribeirinhos, extrativistas que vão sofrer com isso, até chegar isso pra eles, até eles saírem da roça pra vir pra cá, e a gente quer evitar que eles estejam se aglomerando no meio de muita gente que não conhece na rua, a situação é essa que estamos passando por aqui.

## O vírus e a resistência pela organização

O segundo vírus é a falta de apoio às famílias mais carentes, nós pescadores não podemos receber esse auxílio, estamos vivendo pela solidariedade dos nossos liderados que se condoem da nossa situação e vem até nós e chegam com sorriso no rosto ou então uma lágrima no olho dizendo “tá aqui, eu vim trazer isso pra ti” e se ele vê chorando, nós temos que estar sorrindo, pra dar apoio, uma palavra amiga, mas que por dentro nós estamos nos corroendo de dor, de não saber o que vai acontecer no dia de amanhã. O terceiro vírus, o sul do Pará tá coberto de fumaça, nós estamos inalando fumaça, quando se trata das pessoas, da solidariedade, os pescadores não tem direito a esse auxílio emergencial<sup>535</sup>, simplesmente porque recebem o seguro defeso que mal o senado ou a câmara não entende o que é o seguro defeso, o seguro defeso é naquele momento que o pescador não pode pescar pela reprodução do pescado, mas agora nós não estamos podendo pescar porque não estamos podendo sair de casa e se não fosse essa solidariedade dos nossos liderados, eles me mostram o contrário, coisas importantes (...) nessa questão do coronavírus é quando eles pensaram que as organizações das comunidades quilombolas, unidade de conservação, moradores aleatórios, começaram a se organizar com objetivo que talvez nem eles percebam a organização que está acontecendo, a aproximação através de

---

535. O auxílio emergencial, a partir do mês de abril, e previsto para três meses é destinado a: “desempregado ou exerça atividade na condição de: Microempreendedores individuais (MEI); Contribuinte individual da Previdência Social; Trabalhador Informal. Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00). (...) beneficiários que recebem o Bolsa Família também terão direito ao Auxílio Emergencial de R\$ 600. Mas, só terá direito ao auxílio, a pessoa que recebe o Bolsa Família com o valor menor de R\$ 600 (...) Mulheres que chefiam a família receberão R\$ 1,200”. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/Aceso> em 28 de maio de 2020. Em 21 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que institui auxílio emergencial no valor de um salário mínimo (R\$ 1.045) mensal a famílias indígenas enquanto perdurar o estado de emergência pelo novo coronavírus. A medida se estende a pescadores, ribeirinhos, quilombolas e povos das florestas. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/05/camara-aprova-auxilio-emergencial-para-indigenas-quilombolas-e-povos-tradicionais/> Acesso em 28 de maio de 2020. O projeto de lei ainda não foi sancionado pelo presidente da República.

uma necessidade de impedir que as pessoas entrem nas suas comunidades, e aí é uma organização que no fundo eles ainda não perceberam que traz futuramente uma união muito forte, que é justamente a comunidade decidindo por si própria a manter, a preservar, a resguardar o princípio e mostrar que eles são humanos sim, que sentem amor um pelo outro, eles sentem um amor ímense um pelo outro, por exemplo (...) as comunidades mais tradicionais hoje eles estão tão organizados fechando suas fronteiras, seus territórios e não deixando ninguém entrar pra não levar essa doença pra eles, isso é interessante, é uma força, uma demonstração de força porque os poderes públicos constituído através dos nossos votos estão apostando na proliferação dessa doença, em um contágio, parece que há um acordo deles com esse vírus de propagar em todo mundo, parece que a intenção é diminuir a humanidade (...) não tem prefeito, vereadores e nem ninguém, elas estão isoladas mas estão resistindo, por exemplo .. os carros que vão pra Cameté as vezes vai levando aqui eles dizem que não para, pra ir embora mas ele não desce do carro lá de jeito nenhum, acredito que Igarapé preto também esteja acontecendo a mesma coisa, e isso está criando um conflito entre o poder público e a comunidade, só que quando há na comunidade, digamos que 80% é a favor de uma coisa e 20% não, o prefeito e o poder público ainda tem uma semente que ele pode chegar lá e conseguir mais dos 20%, mas não, não é assim, é tão legal que eles estão conseguindo obter os 100% pra não ter brecha, janela, pra esses propagadores levarem para lá essa pandemia, esse vírus, então ele não tem brecha, então quando ele não tem brecha, automaticamente a comunidade se sente amparada pela soberania das suas decisões e isso ta sendo muito interessante, e nos enquanto líder de todas essas demandas, quando ligam pra gente perguntando como é que tá, olha querido, está tudo parado, tudo dessa forma, nós estamos com aluguel atrasado, mas por favor fique em casa, não tente, não vá na conversa de ninguém, fique em casa, por

que até que se consiga uma vacina pra gente se imunizar disso ai a única alternativa é ficar em casa, muitas das vezes nos estamos até dizendo fique em casa enquanto os criminosos estão praticando, acabando com a nossa Amazônia

### ***Muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos - A gente tem uma sensação de insegurança***

Bom dia amigos, nós estamos vivendo nesse momento uma situação muito delicada em vários aspectos, é algo muito complexo na verdade, nós temos uma pandemia perigosa matando muita gente (...) muitos são idosos que ainda brigam até hoje pelos seus direitos e quando se ver uma oportunidade se aproximando de realizar muitas das vezes as suas conquistas ai de repente vem uma pandemia ou então um governo instável que não se sabe o que quer e o que fala, é insustentável o que ele fala de manhã e de tarde já e outra coisa, e deixa a gente tem uma sensação de insegurança muito grande, a gente vive em uma região no sudeste do Pará, Tucuruí (...) as instituições que seriam capazes de combater os crimes que estão acontecendo na Amazônia, além de um vírus que a gente não vê, não conhece, há um grande outro combate pra nós da região, que é justamente no combate ao crime do latifúndio, crime do garimpo, dos grandes fazendeiros, do agronegócio, que nós não vimos um vírus e estamos inalando outro, a fumaça cobre o sul do Pará de tanta queimada que está acontecendo e nós estamos inalando, pra contribuir mais com a pandemia ainda inalamos fumaça de grandes queimadas que estão acontecendo no município de Tailândia, Goianésia, Jacundá, Tucuruí, breu branco, repartimento, que essa fumaça ela se concentra no sul do Pará e eles aproveitam nesse momento de ficar em casa, de se confinar.



Foto 01: Rua da cidade de Tucuruí sob a fumaça de queimadas de áreas no entrono da cidade, vista da Rua 7 de setembro. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 13 de maio de 2020



Foto 02: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 14 de maio de 2020.



Foto 03: Rio Tocantins, lado direito, a jusante da hidrelétrica sob nuvem de fumaça, vista da Rua 7 de setembro – Tucuruí – PA. Fotografia: Esmael Rodrigues Siqueira, 31 de maio de 2020.

Eu olho pro tempo, pro ar, que eu olho pra qualidade do ar, embaixo é onde fica a associação e encima é onde eu moro, eu gosto de acordar de manhã e olhar pra floresta do outro lado do rio e se você ver nessa foto que eu encaminhei pra você, a gente não enxerga mais o outro lado do rio de tanta fumaça, aí meu deus, será que eu vou acordar de manhã e vou ver aquela floresta que sempre eu agradeço por ver, e eu olho de manhã e não vejo mais porque a fumaça não deixa, e eu sei que não é um pesadelo e também não é um sonho sabe, eu fico lá encima as pessoas vem trazer coisas pra mim e eu desço uma corda “amarrem ai que eu vou puxar” aí eu puxo lá pra cima e vou fazer pra me alimentar, e sabe uma coisa assim, eles ficam me olhando sabe, eu olhando pra eles porque queira ou não eu sou uma pessoa muito carinhosa com eles, quando eles chegam aqui eu abraço.

***Nesse momento é difícil a gente ver um desapropriado. Desapropriados não estão em um só lugar:***

Nesse momento é que é difícil a gente ver um desapropriado pela sua idade, seu histórico de vida, eu acredito que a força que eles tem, a mentalidade, a sabedoria, coisas que com certeza deixaram pra eles uma estrutura de sobrevivência por muito tempo (...) mas, a gente tá em contato sim com nossos expropriados (...) com os pescadores, os pescadores infelizmente estão passando por um momento muito difícil porque nós ficamos de fora dessa questão do auxílio emergencial, que isso viria até pra fortalecer um pouco o alimento das pessoas, assim como os desapropriados todos ficaram de fora porque são aposentados, tem uma relação direta com a previdência social, eles entendem que um salário, um mísero salario pro aposentado comprar remédio, comida, pagar energia.



## **Auxílio? *Os pescadores estão passando por uma necessidade***

Poucas pessoas receberam, porque o povo que tá com a gente, o que foi atingido pela eclusa são pescadores, quem mora no lago são pescadores, e expropriados são aposentados, que tem relação com a previdência social. Um seguro defeso, isso nós recebemos esse seguro por 4 meses que são de novembro a fevereiro, abre o defeso dia 2 de março todos os anos, então são 4 meses que o pescador não pode pescar pela reprodução da espécie, a partir daí é trabalho, pesca, vender e se sustentar com o produto que vem da pesca que é sua atividade principal. Eles entendem que esses hoje 4 salários mínimos (ao ano) é suficiente pro pescador se manter ano inteiro, e aí quem tá sofrendo muita necessidade, os pescadores tão passando por uma necessidade horrível porque não tem comprador, com isso ele tá passando uma necessidade enorme, então a gente fica lamentando isso aí por não poder ajudar.

## **A ELETRONORTE se recolheu: *qual era a intenção?***

A ELETRONORTE se recolheu, é por isso que lá no início eu falei da participação da sociedade civil nessa comissão, eles não convidaram justamente por isso, por que qual era a intenção? a intenção da gente era chegar nesse momento e apresentar o cadastro de cada associação que esteja envolvido nessa discussão dos impactos sócio ambientais e apresentar pra ELETRONORTE. Nós queremos que o comitê aprove que a ELETRONORTE nesse momento', enquanto durar a pandemia, apesar tanto daqueles que estão recebendo esse auxílio, como também daqueles que não recebem, que aí entravam os desapropriados, mas infelizmente nós não fizemos parte e com isso ela se recolheu né! A gente que tem direitos a receber que sofreu com esses impactos, ficamos de fora, o comitê é só de autoridades, é essa a situação.

## **Nem todos se *isolam* na pandemia**

A alteração no modo de vida de ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, agricultores, moradores de cidades e ilhas que residem na região de Tucuruí, estão associada à implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE-Tucuruí – pelas Centrais Elétricas do Norte – ELETRONORTE, iniciada em 1974 e inaugurada em 1984. Este período de *isolamento* não se coloca para todos da mesma forma.

Por um lado, o momento atual se acentua por novos elementos que se somam à insegurança e às ameaças à vida que perduram por décadas. Neste tópico destacamos matérias levantadas na imprensa publicadas na internet, e documento e relatos recebidos de lideranças na região, em consideração às evidências dos danos que se acumulam e estratégias que visam à morte social dos expropriados. Estão apresentamos pela aproximação temática e das situações, e não propriamente, cronológicas. A pandemia potencializa e expõe o fato de que os agentes hegemônicos não se recolhem.

### ***Noticiário e movimentos estratégicos no campo da política energética pelo Governo e a ELETRONORTE***

#### **Eletrobrás será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo.**

Em 31 de maio de 2020, a Eletrobrás mostra que não está paralisada no tocante à sua privatização, e traz para os expropriados perspectivas de novos interlocutores no pós pandemia. Declaração do presidente da empresa, em 30 de maio de 2020:

“A única forma de o governo amenizar rapidamente os efeitos (da pandemia), principalmente de dívida, é com as privatizações, que vão fortalecer o equilíbrio econômico-financeiro das contas públicas” (Jornal O Globo – Globo Economia, 31 de maio de 2020).

## Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus

Ao mesmo tempo, a ELETRONORTE está silenciada em um lugar em que o passivo social, os efeitos decorrentes da implantação da hidrelétrica encontram-se enraizados na vida dos expropriados, que hoje vivem espalhados em ilhas, estradas, cidades na região, mas com existência coletiva evidente nas lutas. Em reunião de Prefeitos, realizada em 01 de abril de 2020, em a ELETRONORTE é mencionada por prefeitos como alternativa à utilização de recursos devidos:

“Um dos objetivos do encontro foi a uniformização na tomada de decisões, de forma conjunta, a fim de combater a proliferação do Covid-19, nos municípios que compõem a Regional do Lago de Tucuruí. São eles: Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento. Também foi inserido na reunião o município de Pacajá. Apenas autoridades de Jacundá não participaram da reunião. Uma das decisões colocou à disposição do sistema de saúde regional parte dos recursos devidos pela ELETRONORTE/Eletróbrás, relativos à compensação ambiental para equipar o Hospital Regional de Tucuruí. Também, no período de até 48 horas, os gestores municipais devem informar a quantidade de servidores da área de saúde que vão reforçar os atendimentos no Hospital Regional de Tucuruí?”. (Rede Pará, em 02 de abril de 2020).

A participação do governador se deu por meio remoto, em vídeo, e também se reportou à ELETRONORTE ao informar que parte dos recursos para a saúde na região do lago teriam origem na Compensação do Licenciamento Ambiental da Empresa ELETRONORTE de Tucuruí, que serão utilizados na reforma e reconstrução do Hospital Regional de Tucuruí - HRT.

## **Estado reforça estrutura de saúde na Região do Lago do Tucuruí**

O uso dos recursos de compensação do licenciamento ambiental reivindicado pelo governo do Estado em nome da pandemia é anunciado em 06 de abril de 2020, pela Agência Pará de Notícias. A Região de Integração do Lago assim denominada resulta da presença da ELETRONORTE na região e os efeitos por esta gerados, e que não cessam com a pandemia. A estrutura de saúde se mostra precária de forma pretérita, antecede a este momento. O governador do Estado do Pará assume que realizar a modernização do Hospital Regional com tais recursos, previstos no Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (COMPART) ao afirmar: “Encaminhamos para a ELETRONORTE um ofício informando que vamos utilizar parte dos recursos destinados para compensação do licenciamento ambiental. A medida foi tomada em comum acordo com as prefeituras da região. Com estes investimentos, o hospital será um dos mais modernos no Estado”.

## **Termo de Acordo de Atribuição de Valores**

Em de maio de 2020, a equipe de pesquisa recebe documento e mensagem de liderança na região e relato de situações em que as famílias de agricultores estão sendo submetidas na relação com a empresa Novo Estado Transmissora de Energia S.A - ENGIE



Termo de Acordo aos Valores Atribuídos e Declaração. Empresa ENGIE, maio de 2020.

Em processo de instalação de linhas de transmissão de energia elétrica na região, em especial, no município de Pacajá, a empresa apresenta aos agricultores um documento para assinatura a termo de indenização pela servidão na passagem na propriedade. Os valores são atribuídos mediante laudo da empresa, e assinatura do Termo de Declaração na data, implica em pagamento apenas mediante apresentação de documentação cartorial pelas famílias, o que não se concretizando, o pagamento será efetuado posteriormente, sem prejuízo da empresa. Uma questão: o tempo decorrido, os valores remetam a práticas recorrentes em processo indenizatórios, como há muito já vem sendo discutido sobre a hidrelétrica de Tucuruí.

## Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com Covid-19

Em 06 de maio, os municípios do entorno do lago contavam com 60 casos de Covid. Em matéria de site de notícias do sul e sudeste do Pará reportam que os municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Goianésia

do Pará, Breu Branco, Tucuruí e Novo Repartimento, que se localizam no entorno da hidrelétrica de Tucuruí<sup>536</sup> contam com 60 pacientes portadores do novo coronavírus. Apoiam-se em boletins epidemiológicos divulgados neste dia.

### **Combate à Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras**

Não se localiza em buscas digitais, e consultas a lideranças na região ações da ELETRONORTE voltada para a região, ou para Tucuruí, onde se localiza hidrelétrica. Em 19 de março de 2020, matéria sobre medidas de proteção tomadas pela Eletrobras se ELETRONORTE se restringem ao ambiente de trabalho. A Eletrobras anuncia em 18 de março ter tomado medidas de para combater o novo Coronavírus, com trabalho remoto, escalas, permanência dos empregados nas cidades em que trabalham, restrição de viagens, enfim ações voltadas para o âmbito interno. A ELETRONORTE, por sua vez, desde o dia 15 de março, dentre outras medidas criou um Comitê de Crise e restringiu o acesso à empresa apenas aos empregados na empresa. (CANALENERGIA, 2020). Não há menção a iniciativas de colaboração ou ações diretas junto a cidades, comunidades, povos que vivem na área de atuação da empresa, e têm no presente, independente do tempo de instalação de projetos hidrelétricos, efeitos que não cessam, e aos quais se acumulam a incidência de casos de Covid 19.

### **Eletrobrás buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO**

A importância econômica da hidrelétrica de Tucuruí para a Eletrobras é acentuada em meio às discussões sobre a renovação da concessão à Eletrobras, que se encerra em 2024, em matéria da Agência REUTERS, de 2 de janeiro de 2020, período que antecede a pandemia. A Eletrobrás manifesta interesse

---

536. Disponível em: [www.zedudu.com.br](http://www.zedudu.com.br). Acesso em 30 de maio de 2020.

em manter a operação da segunda maior hidrelétrica totalmente nacional: “A Eletrobrás quer manter a operação da hidrelétrica de Tucuruí, cuja concessão vai expirar a partir de 2024 (...) disse nesta quarta-feira o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr”. A Analistas do banco de investimento Credit Suisse informam que “Tucuruí” é responsável, juntamente com indenizações a receber até 2024, provenientes da renovação antecipada de contratos, por 26% da receita da Eletrobrás. Este processo de renovação está relacionado à privatização da empresa, conforme expõe o seu presidente: “uma possível prorrogação da concessão da usina no rio Tocantins pode ser debatida, até com o Congresso, em meio à tramitação de um projeto de lei do governo que prevê a privatização da Eletrobrás...” o que se faria por um processo de capitalização.

### **Em meio à Covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória.**

As queimadas são associadas ao aumento de 30% de internações por causas respiratórias em 2019, com base em estudos em 100 municípios da Amazônia Legal em estados nos quais o Pará se inscreve entre os mais afetados. E chamam atenção para os efeitos na saúde das crianças, e idosos, estes considerados grupos de riscos para a Covid 19, para os compostos tóxicos da fumaça, partículas e fuligem que se dispersam a grandes distâncias dos locais de onde estão se localizam os focos de ocorrendo. Em plena pandemia, ICMBio e IBAMA passam a ter suas funções restringidas ainda mais, entre 11 de maio e 10 de junho, pela ação do governo federal ao decretar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Médico em Rio Branco, Guilherme Pulici relata na matéria que: “Já teve ano em que a fumaça era tanta em Rio Branco que não dava para enxergar o outro lado da rua” e acrescenta: “Se o cenário de fogo e fumaça se repetir esse ano coincidindo com o novo coronavírus, temo pelos idosos e portadores de doenças crônicas, como cardiopatia e enfisema pulmonar”. Em Tucuruí, como ademais em muitas cidades do sudeste do

Pará, as ruas, o rio, e a mata avistada da cidade têm estado encobertas pela fumaça. O que se estende às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETRONORTE.

### **Alupar reavalia LT no litoral paulista e vê linhão de Tucuruí mais distante**

A Companhia possui liberação fundiária para maioria de suas seis obras previstas para o ano e discute outras duas com a Aneel, Funai e sob o efeito covid. A Alupar Investimento está avançando com seis obras físicas envolvendo linhas de transmissão e subestações pelo país, tendo recebido já a maioria das liberações fundiárias para tocar os projetos. Segundo apresentação dos resultados financeiros e operacionais nessa terça-feira, 2 de junho, a maioria das estruturas metálicas e equipamentos já foram recebidos pela companhia, que está com 81% dos trabalhos executados nas concessões TPE e ETB, quase a metade na TCC e 2% na TSM. Atividades preliminares foram iniciadas na ESTE e a TCE aguarda ainda a Licença de Instalação do IBAMA.

Fora desse escopo, dois projetos estão sendo discutidos na justiça quanto a viabilidades ambientais e econômicas. A implantação do trecho Norte e Sul da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia (ELTE), formado pelas subestações Domênico Rangoni e Manoel da Nóbrega, e que conta ainda com 40 km de linha de transmissão pelo litoral paulista, está sendo reavaliada após uma mudança nas regras de aproximação da Base Aérea de Santos, que em 2016 comunicou ao Ibama, por meio do Serviço de Proteção aos Voos, a inviabilidade do projeto devido ao tráfego aéreo na região, principalmente de helicópteros.

Durante a apresentação, o gerente de Relação com Investidores, Luiz Coimbra, lembrou que o órgão ambiental paulista cancelou e arquivou o pedido de licença do empreendimento na época pela avaliação ambiental,



e que Aneel sugeriu que fosse feita uma alteração no contrato, eliminando o trecho Norte. “Esse processo ficou parado e nós seguimos trabalhando. O que houve recentemente é que a regra de aproximação mudou em Santos, o que nos possibilitou voltar a estudar a viabilidade do trecho”, afirmou o executivo, informando que o próprio órgão regulador rejeitou posteriormente a proposta só pelo trecho Sul.

Já quanto ao chamado Linhão de Tucuruí, uma associação junto à estatal Eletrobras ELETRONORTE, chamada Transnorte Energia (TNE), Coimbra disse que a empresa está aberta a negociações com os órgãos competentes, desde que atendam aos pressupostos de emissão da LI, que depende de um imbróglgio de quatro anos com a FUNAI, e uma negociação a partir do reequilíbrio das receitas de contrato:

Estou um pouco cético quanto a esse projeto, por conta do efeito Covid nas populações indígenas, mais propensas ao contágio. Estávamos trabalhando ativamente há algum tempo com a FUNAI, mas agora não sei como vai ser a reação nesse momento, pois teríamos que fazer a obra dentro da reserva indígena.

**Estratégia e crescimento** – Perguntado sobre as intenções e posicionamento da companhia junto ao mercado de fusões e aquisições, Luiz pondera que com a eclosão do coronavírus tudo mudou e exige uma nova análise, em todos os processos e custos de capital. “Certamente vamos olhar as oportunidades. Hoje faz mais sentido, ativos operando do que em construção, por um custo de capital contratado um pouco mais baixo do que é hoje”, pontua.

Quanto à estratégia da comercializadora, notadamente mais conservadora nesse primeiro trimestre, o gerente confirma que foi adotada uma postura diferente para esse ano, levando em consideração o risco hidrológico e o “jogo de enxugar gelo”, ao se deslocar as garantias físicas

por determinado período com o preço maior, mas o GSF menor, estratégia montada em dezembro do ano passado para reduzir um pouco o impacto de exposição ao risco. “Temos que ver qual vai ser o resultado porque foi uma decisão pré-covid, mas não acredito que teremos algum impacto relevante com relação a isso”, finaliza Coimbra.

## **Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19**

A pandemia para a ELETRONORTE tem visibilidade pela fala interna voltada para dentro da empresa, como acentuada na perspectiva da medicina do trabalho, em matéria da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, com a médica do trabalho da ELETRONORTE, em Brasília, em 17 de abril de 2020. A entrevistada destaca que a empresa *saiu na frente* com as medidas de isolamento e as criações das condições para trabalho em casa, e realça: “É um prazer trabalhar e ser desafiada na construção de políticas e práticas de segurança e saúde ocupacional para uma realidade tão diversa como a nossa, não só em processos de trabalho, mas também em peculiaridades regionais, já que estamos presentes em tantos estados do Brasil”. Não se entende o sentido atribuído a peculiaridades e em que medida a empresa tem atuado nesse tempo de pandemia nesses lugares tão diversos, em que seus projetos promovem efeitos tão incisivos em termos de degradação e de uso intensivo de recursos naturais conforme relatado por expropriados, em especial, em Tucuruí.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, os diferentes planos adotados para introduzir de forma breve e incipiente, uma discussão que se faz em pleno acontecimento, em pleno campo de possibilidades, tem, a nosso ver, um *continuum*, mas esse

não pode ser assumido como contentamento, como afirmação de um modo reiterado de agir de empresas e do Estado. Nota-se um aprofundamento na relação de distanciamento, ainda maior, da perspectiva de um processo democrático de definição de políticas voltadas para garantir direitos. E como fazer isso em pleno momento de pandemia? Não há fórmula, mas as experiências desafiam à inquietude.

O que expomos, por provocação de situações concretas, são medidas de compensação que não alcançam o poder de mitigar não apenas os efeitos de implantação de um projeto, mas de uma forma de fazer política, de exercer uma prática democrática que patenteia os modos de operar os recursos de CF, o silêncio da ELETORNORTE, a estrutura de saúde, dezenas de milhares de famílias de moradores nas ilhas que não dispõem de água potável e de energia elétrica gerada pela água do lago onde vivem, o líquido é impróprio para ser ingerido. | Acrescenta-se que, neste momento, do ponto de vista da participação não há previsão nas normas municipais, como a sucessão de decretos, de que as entidades constituídas por expropriados e moradores das ilhas estejam contemplados.

Tendemos a pensar preliminarmente que a dimensão local é despotencializada enquanto projeto de mudanças, e se desfaz em termos de possibilidade de fortalecimento de relações de poder em que, a dimensão territorial se afirme na perspectiva do lugar, do enfrentamento da desigualdade, e da perspectiva de situações que chegam, como vulnerabilidade hídrica ou neste exato momento ainda, como elevado risco de vida às pessoas.

Os efeitos das queimadas que têm se expandido na Amazônia nos últimos meses após o crescimento do desmatamento se estendem às ilhas e comunidades ribeirinhas no Tocantins, onde residem expropriados, os indenizados, embora injustiçados, e os não indenizados, não inseridos no rol de atingidos pela ELETORNORTE, trazem agravos à saúde e ao ambiente. E traz o sentido ao que sugerimos como nem todos se isolam, ou o faz, mas não sob as mesmas determinações.

Poder-se-ia pensar que a ausência de ações da ELETRONORTE na pandemia para além do uso dos recursos na região de Tucuruí, para além da preocupação com a proteção apenas de seus empregados, da expropriação que se mostra atual nas pautas dos expropriados desde os anos da sua implantação se revela como estratégia de se silenciar e explicitar o esvaziamento deliberado da sua presença na região, a despeito de um processo que a envolve se fazer de forma acelerada e ao mesmo tempo, indiferente, como a privatização, a construção de linhões de transmissão de energia, atos que não cessam.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa et al.. Tempos de destruição na calha do Rio Tocantins: incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí / Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (organizadores). – São Luís: EDUEMA, 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica / Agência Nacional de Energia Elétrica. - Brasília: ANEEL, 2005.

Disponível em: [https://www.aneel.gov.br/documentos/656835/16505063/2005\\_CardenosTematicosANEEL2.pdf/ddf-37139-4bc0-dc32-3ddd-a9d5ad6dfe42](https://www.aneel.gov.br/documentos/656835/16505063/2005_CardenosTematicosANEEL2.pdf/ddf-37139-4bc0-dc32-3ddd-a9d5ad6dfe42). Acesso em 31/05/2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Nova Lei altera rateio de distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/nova-lei-altera-rateio-de-distribuicao-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos>. Acesso em 25/05/2020.

AGÊNCIA REUTERS. Eletrobras buscará renovar concessão da hidrelétrica de Tucuruí, diz CEO <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/01/29/eletrobras-buscar-renovar-concessao-da-hidreletrica-de-tucurui-diz-ceo.htm?cmpid>. Acesso em 25/01/2020.

ANMT. Editora-chefe da RBMT Dra. Andrea Magalhães aborda os desafios do Covid-19. Link : <https://www.anamt.org.br/portal/2020/04/17/em-entrevista-a-editora-chefe-da-rbmt-dra-andrea-magalhaes-aborda-os-desafios-do-covid-19/>. Acesso em 25/01/2020.

CANALENERGIA. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53129855/combate-a-covid-19-tambem-altera-rotina-no-grupo-eletrobras>. Combate a Covid-19 também altera rotina no Grupo Eletrobras, 19 de março de 2020. Acesso em 28/01/2020.

FERREIRA FILHO, Antônio Augusto. A elevação da cota do reservatório hidráulico da UHE Tucuruí e seus efeitos sobre a população da RDS Alcobaça (PA) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; NUMA, 2010. 149f.

JORNAL O GLOBO. Eletrobras será privatizada ano que vem, diz presidente da companhia. O Globo, 30 de maio de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/eletrobras-sera-privatizada-ano-que-vem-diz-presidente-da-companhia-1-24453597> Acesso em 28/05/2020.

REDE PARÁ. Região do Lago, sudeste do Pará, se unirá para combater o Coronavírus.02 de abril de 2020. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/212131/regiao-do-lago-sudeste-do-para-se-unira-para-combater-o-coronavirus>. Acesso em 25/05/2020

ZEDUDU. Municípios do entorno do Lago de Tucuruí concentram 60 pacientes com covid-19. Disponível em :<https://www.zedudu.com.br/municipios-do-entorno-do-lago-de-tucuru-i-concentram-60-pacientes-com-covid-19/>, em 05 de maio de 2020. Acesso em 28/05/2020

PULICE, Sérgio Mantovani Paiva e MORETTO, Evandro Mateus A Compensação Financeira e Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros alagados por Usinas Hidrelétricas. Ambiente e Sociedade. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, 2017, vol.20, n.4, pp.103-126. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-53X2017000400103&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2017000400103&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27/05/2020.

REPÓRTER BRASIL. Em meio à covid-19, queimadas na Amazônia ampliam risco de morte e de colapso hospitalar por doença respiratória. Por Daniel Camargos | 08/05/20. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/em-meio-a-covid-19-queimadas-na-amazonia-ampliam-risco-de-morte-e-de-colapso-hospitalar-por-doenca-respiratoria/> Acesso em 25/05/2020.

YOSHINO, Gabriel Hiromite. Estudo da vulnerabilidade hídrica das populações que moram na região do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará. Tese (Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.